



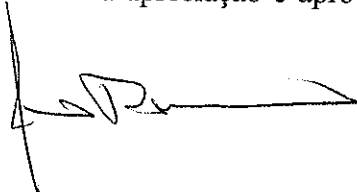
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE
CBH-Verde Grande

Instituído por Decreto Presidencial de 03 de dezembro de 2003

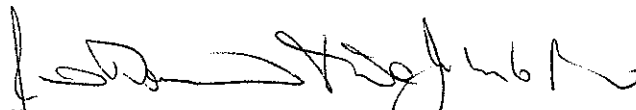
ATA DA 4ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA – CTC - DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE

Dia primeiro de outubro do ano de dois mil e nove, de 9 às 17 horas, no auditório da Federação das Indústrias de Minas Gerais –FIEMG/Norte, Avenida Deputado Esteves Rodrigues, 1.489, Montes Claros-MG, realizou-se a 4ª Reunião da Câmara Técnica Consultiva – CTC -, do CBH-Verde Grande. O Secretário Executivo do Comitê e Coordenador da CTC, João Damásio, fez a abertura da reunião cumprimentando e agradecendo a presença e o apoio de todos e em particular a Diretoria da FIEMG, em nome de Ézio Darioli, pela cessão do auditório da FIEMG para mais uma reunião da CTC. Justifica que a ATA da reunião anterior será lida no percurso da reunião. José Luiz, técnico da ANA, inicia sua fala apontando várias incertezas que dificultam pela falta de dados, mas surpreende ao afirmar que com os estudos dos reservatórios da Bacia e de águas subterrâneas, a situação sobre disponibilidade e demanda de água tem uma mudança satisfatória, mas que as disponibilidades não atendem as demandas, continua no limite. Fala também das etapas do Plano, da maior clareza do diagnóstico e da segunda fase, que será o prognóstico. Sugere a discussão de um cronograma para as etapas finais do Plano e das reuniões públicas. Em seguida, Sidney Agra, depois de apresentar a geógrafa Vanessa, da Ecoplan, inicia a apresentação do Diagnóstico Integrado do Plano de Bacia do Verde Grande, percorrendo os temas já abordados, com detalhamento e comunica que o material encontra-se no Site do Comitê e os mapas, na Secretaria Executiva. Durante sua apresentação algumas de suas colocações provocaram discussões como a afirmação de que 3,7% da Bacia é de Unidades de Conservação, mas que o ideal poderia chegar a 10%. João Damásio solicita que faça parte da ATA um estudo sobre a somatória das áreas protegidas por lei na Bacia, como matas ciliares, topos de morros, nascentes, juntamente com as Unidades de Conservação. Sidney concordou que isso é possível. Mônica sugere que a área da Copasa no município de Juramento, onde situa um dos reservatórios de abastecimento de Montes Claros, possa vir a ser uma Unidade de Conservação, esclarecendo que atualmente a Copasa tenta torná-la uma RPPN, mas que apesar de ser uma área protegida, ainda não é legalizada como Unidade de Conservação. Luiz Guilherme lembra de regulamentação anterior à Lei 11.428, chamada Lei da Mata Atlântica, que classificava muito bem os biomas da Bacia do Verde Grande. Solicita que conste em Ata que é necessário delimitar a região do semi-árido na Bacia, como já existe em documentos anteriores a referida Lei Federal. Sidney coloca que o PIB aumentou na Bacia em áreas da irrigação. João Damásio comenta que a agricultura perdeu em torno de 4% em função dos Decretos apresentados pelos poderes públicos no setor. Solicita a possibilidade do Plano fazer um estudo sobre cultivos permanentes dos setores público e privado e o percentual representado por cada um. Solicita também que conste em Ata os números apresentados em áreas irrigadas na Bacia, que segundo Sidney Agra somam a mais de 38.716 hectares, afirmando que são dados das imagens de Satélite. Professor Edson sugere um reajuste com o Censo 2006 do IBGE. José Luiz, da ANA, informa que já foram consultados alguns dados desse Censo e afirma que eles não fornecerão resultados com o mesmo detalhamento das

imagens de Satélite. Sidney aponta a classificação das águas na Bacia e que precisa muito ser melhorada, destacando que não existe informação desse tema na porção baiana. José Luiz, da ANA, justifica a necessidade de se estabelecer metas para o enquadramento na Bacia. Comenta também que na região de Gado Bravo, próximo a Jaíba, a água do leito do rio Verde Grande percola por fendas geológicas para o rio São Francisco. Alexandre Machado solicita que conste em Ata a afirmação do técnico da ANA. José Luiz confirma sua fala, mas justifica dizendo que Gado Bravo é uma região extremamente calcárea segundo os mapas de satélite e com apenas duas estações pluviométricas, com séries históricas incompletas, o que dificulta estudos e resultados de máxima precisão. Sidney comenta que o ideal seria ter uma estação em cada unidade da Bacia, mas que mesmo assim só haveriam resultados daqui a dez anos. Alexandre pergunta sobre a possibilidade da construção de barragens na área e no leito do rio. Sidney responde sobre os riscos por ser uma região de topografia plana, sem possibilidade de grandes formações de espelho de água, com chance dessa água armazenada causar um alagamento que pode provocar um excesso de carga hidráulica, além disso, disse, é muito grande a evaporação e a rápida infiltração. Alexandre insiste que mesmo assim deveria haver um estudo para barramento nessa área. João Damásio sugere que seja solicitado à ANA esse estudo colocado por Alexandre. Sidney comenta que pequenos barramentos poderiam ser executados em rios afluentes. João Gustavo lembra de estudo elaborado pelo engenheiro Lairson Couto sobre a construção de três barragens na calha do rio Verde Grande, com aproximadamente 3 metros de altura. Vitor, do IBAMA, sugere proteção das áreas de recarga nos topos de morros da Bacia. O Técnico da ANA destaca que a verdadeira área de recarga na Bacia são os aquíferos, para onde as águas das chuvas infiltram com muita rapidez. Vitor sugere que possa ser apresentado um resumo executivo ao final de cada tema e pergunta se será elaborado um Banco de Dados. José Luiz diz que não está previsto o Banco de Dados. Sidney comenta que só se deve disponibilizar após o a consolidação dos dados. João Damásio destaca que a CTC vai analisar o Plano e solicitar o necessário da ANA e Ecoplan. Alexandre solicita que seja colocado em Ata sobre colapso de abastecimento de água em Montes Claros, afirmando que essa questão foi colocada n Fórum de Irrigação e Drenagem ocorrido na cidade. Mônica relata que está funcionando bem o sistema, mas que está no limite. Guilherme Marques, do CEFET, propõe trabalho em conjunto com o Comitê, prontamente aceito por todos. Em seguida, o técnico da ANA coloca em discussão as datas das reuniões públicas, ficando definidas para Urandi, dia 26, Janaúba, dia 27 e Montes Claros, dia 28, todas em novembro de 2009. Finalizando a reunião, João Damásio lê a ATA da reunião anterior, que foi aprovada. Assim, eu, João Damásio Frota Machado Pinto, Secretário Executivo do Comitê e Coordenador da Câmara Técnica Consultiva, secretariei essa reunião e lavrei essa presente ATA, que depois de lida será submetida à apreciação e aprovação da plenária da CTC e, se



aprovada, será disponibilizada no Site do Comitê e arquivada, juntamente com a Lista de Presença dessa reunião, na Secretaria do CBH-Verde Grande.



João Damásio Frota Machado Pinto
Secretário Executivo do CBH-Verde Grande